

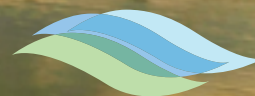
Rios Saudáveis para uma Recuperação Verde e Justa

Um chamado global para
proteger rios e direitos de
comunidades


Sumário Executivo



INTERNATIONAL
RIVERS
people • water • life



RIVERS WITHOUT
BOUNDARIES



Written and edited by:

Rivers without Boundaries:

Eugene Simonov, Coordinator

International Rivers:

Maureen Harris, Director of Programs

Josh Klemm, Policy Director

Brent Millikan, Amazon Program Director

Michael Simon, Senior Director of Strategy and Organizational Effectiveness

Design and layout: Eliza Sherpa

Copy-edited by: Sarah Bardeen

Additional report contributions from:

Sukhgerel Dugersuren, Rivers Without Boundaries-Mongolia

Manana Kochladze, Green Alternative, Georgia

Deborah Moore, Former Commissioner, World Commission on Dams

Perangua.com, a Global Network of Local Activists

Caio Mota, Coletivo Proteja Amazônia (Brazil)

International Rivers:

Monti Aguirre, Latin America Program Coordinator

Anna Maria Cárcamo, Legal Advisor, Latin America Program

Nick Guroff, Deputy Director

Aqeelah Hassan, África Program Campaigner and Communications Lead

Laurel Levin, Communications and Development Associate

Acknowledgements: We would like to express our gratitude to the Arcadia Fund and Whitely Fund for Nature for their generous support and commitment to protecting our natural systems and a more sustainable energy future.

Cover: *Sunrays over river.* Photo by Johannes Plenio (Pexels).

This report is a November 2020 co-publication of:



International Rivers is a global organization with regional offices in Asia, Africa and Latin America that works with river-dependent and dam-affected communities to ensure their voices are heard and their rights honored. The organization helps build well-resourced, active networks of civil society groups to protect rivers and defend the rights of communities that depend on them. It also undertakes independent, investigative research, generating robust data and evidence to inform policies and campaigns. International Rivers is independent and fearless in campaigning to expose and resist destructive projects, while also engaging with relevant stakeholders to realize a world where water and energy needs are met without degrading nature or increasing poverty, and where people have the right to participate in decisions that affect their lives.



RIVERS WITHOUT
BOUNDARIES

The Rivers without Boundaries Coalition is a collaborative international network of organizations and experts dedicated to preserving the health of transboundary river basins in Eurasia through joint advocacy and promoting best practices in river management.

KECAMATAN JOMBANG, INDONESIA | *River flows through
grass and mountains.* Photo by Rido Alwarno (Pexels).

SUMÁRIO

EXECUTIVO

A pandemia de COVID-19 e as crises associadas na economia e na saúde pública estão devastando populações em todo o mundo, afetando mais severamente os grupos marginalizados e mais vulneráveis. Essas crises têm provocado mudanças profundas nos atuais sistemas econômicos, energéticos e alimentares, exigindo uma resposta igualmente transformadora para enfrentar o colapso econômico generalizado, a fome, o desemprego e os danos ambientais – uma resposta centrada em preocupações com a justiça social e a integridade ecológica.

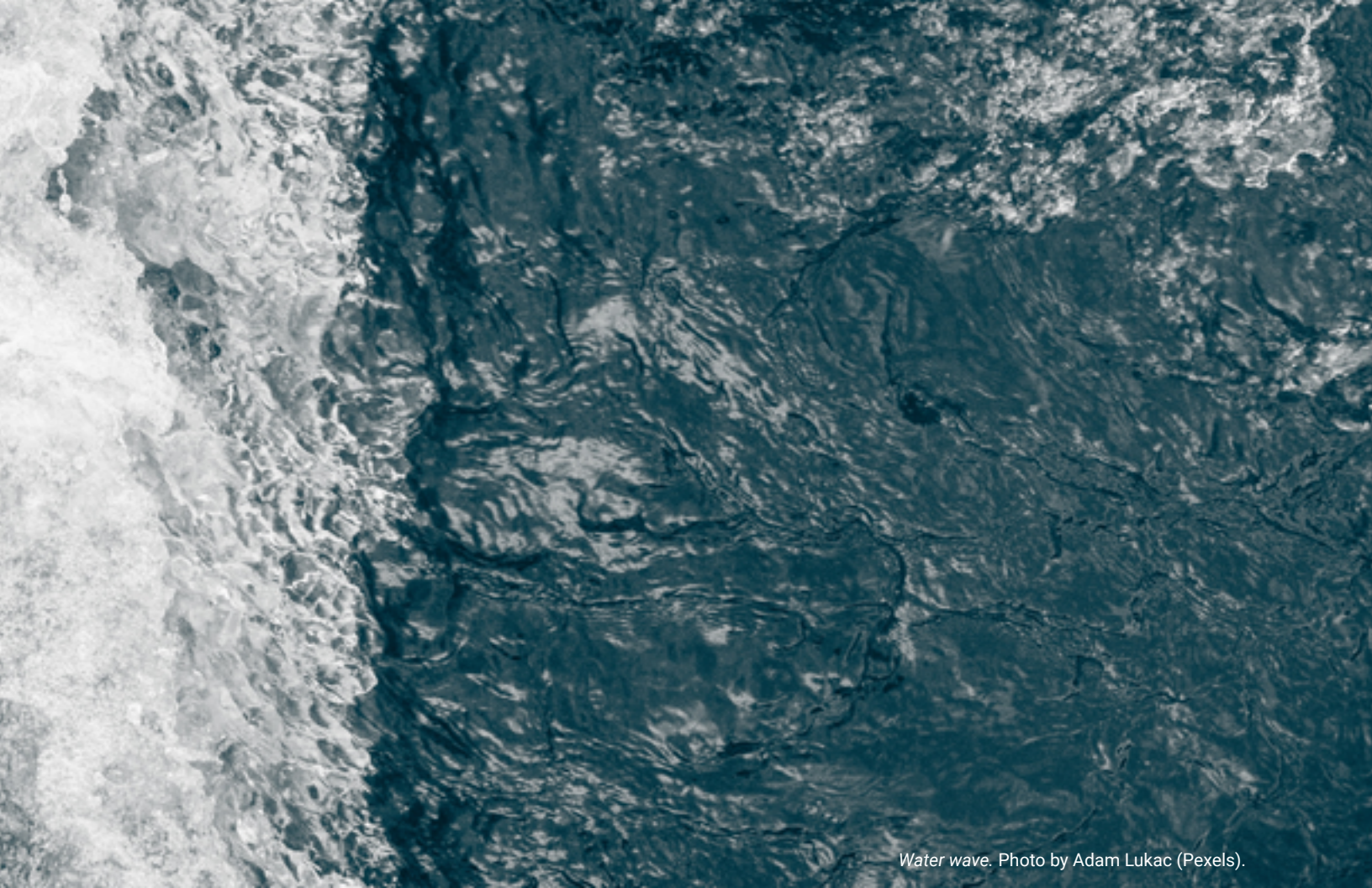
Rios e ecossistemas de água doce são vitais para uma recuperação global da economia pós-COVID. Eles sustentam nossos sistemas naturais, fornecem serviços ambientais essenciais e funcionam como uma rede de segurança econômica para os pobres e vulneráveis em muitos países de renda baixa e média. No entanto, durante gerações, essas artérias do planeta têm sido represadas, desviadas e poluídas a um custo catastrófico para as pessoas e os sistemas vivos da Terra. Como resultado, uma em cada três espécies da fauna que vive em ambientes de água doce está ameaçada de extinção.

A trágica pandemia de hoje lança uma nova luz sobre as desigualdades e desafios fundamentais de nosso tempo, proporcionando uma oportunidade de mudar o curso da degradação histórica de nossos rios e sistemas de água doce no futuro. Nossos sistemas naturais sustentam

a vida na Terra; no entanto, por muito tempo, eles têm sido explorados para gerar lucro e ‘desenvolvimento’, para o benefício principal de uma minoria privilegiada. Entendemos hoje que essa trajetória tem sido insustentável em nível global.

Um novo paradigma para cuidar dos rios é fundamental, não apenas para salvaguardar as fontes de água indispensáveis à vida e à saúde pública, mas para ajudar a evitar que países endividados, prejudicados por conta da crise da COVID-19, contraiam novas dívidas calamitosas, e para acelerar uma transição energética justa capaz de enfrentar efetivamente a crise climática. No contexto atual de esforços para descarbonizar a matriz energética e promover uma recuperação verde, a indústria de hidrelétricas tem pressionado para conseguir mais incentivos para a construção de barragens. Essa tentativa representa uma falsa solução e ameaça uma recuperação verdadeiramente verde e justa.

Este relatório explora essas questões e clama por uma recuperação enraizada na justiça climática e na responsabilidade socioambiental, e que proteja nossos rios como artérias essenciais do planeta - que sustentam a biodiversidade, o abastecimento de água, a produção de alimentos, e os meios de vida de povos indígenas e outras populações culturalmente diversas ao redor do mundo - como alternativa aos barramentos dos fluxos naturais da vida aquática e a poluição desses fluxos, que refletem



Water wave. Photo by Adam Lukac (Pexels).

apenas a busca de lucros e um crescimento econômico irresponsável.

As conclusões do relatório reafirmam os resultados de uma série de pesquisas científicas e estudos técnicos: que as barragens hidrelétricas normalmente causam impactos ambientais e sociais extremamente elevados - são uma solução falsa e não podem fornecer uma recuperação verde. Em comparação, os investimentos em tecnologias solares e eólicas são cada vez mais acessíveis, têm ciclos de implantação muito mais curtos e, portanto, de menor risco em um mundo de incertezas crescentes, podendo gerar cada vez mais empregos de maneira eficiente na recuperação social e econômica. Para isso, os pacotes de estímulo econômico devem investir em tecnologias de baixo impacto e aquelas que beneficiam populações e ecossistemas vulneráveis, priorizando os direitos e a participação das comunidades, ao invés de resgatar indústrias antigas e destrutivas que já perderam a sua relevância e atratividade global.

A Parte 1 do relatório explora as múltiplas crises que enfrentamos agora - a pandemia COVID-19 e as crises que se aproximam em nosso clima, recursos hídricos e sistemas econômicos - e as maneiras pelas quais essas crises estão interconectadas.

A Parte 2 fornece uma visão sobre o estado de nossos rios e recursos de água doce. Esta seção descreve um caso de por que precisamos repensar e reavaliar esses

recursos preciosos - tanto para mitigar os impactos das mudanças climáticas e do estresse hídrico e, dentro do novo contexto de recuperação e estímulo econômico, para reconstruir comunidades saudáveis e um planeta saudável. Examinamos as ameaças atuais que os rios enfrentam e os impactos destrutivos muito recentes das barragens colocadas online globalmente em 2019. Com base nessas lições, propomos um plano de dez pontos que descreve o que pode e deve estar acontecendo para reavaliar e proteger os rios e recursos de água doce durante a recuperação econômica.

A Parte 3, por meio de uma série de estudos de caso, explora ainda mais os diferentes caminhos para a resposta e recuperação econômica do COVID-19 em todo o mundo. Esta seção fornece insights sobre as oportunidades e os desafios futuros. Usamos um sistema de semáforo simples para explorar os diferentes cenários, com o vermelho representando uma abordagem «business as usual» pré-pandêmica, o amarelo destacando os riscos ao lado de uma oportunidade de mudar de curso e o verde onde vemos a possibilidade de apontar um caminho mais promissor para um novo futuro de valorização dos rios.

A Parte 4, a seção final do relatório, fornece recomendações detalhadas para governos, financiadores e instituições internacionais tomarem ações críticas para uma recuperação que seja justa e sustentável para rios e fontes de água, pessoas e nosso planeta.

Conclamamos **por uma recuperação econômica verde** que inclua:

- ✓ **Uma moratória sobre novas barragens hidrelétricas como um passo essencial para uma recuperação sustentável e justa socioeconomicamente.*** Isso deve ser acompanhado por uma revisão abrangente de matrizes energéticas e projetos previstos para priorizar a proteção de ecossistemas de água doce e os meios de vida de comunidades e as economias que dependem deles.
- ✓ **Um rápido aumento de escala no investimento em energias renováveis não-hidrelétricas e sistemas de armazenamento, junto com políticas para facilitar o investimento com responsabilidade socioambiental.** O investimento deve impulsionar sistemas de energia renovável, com autonomia crescente, que incluam a eletrificação de baixo custo e baixo impacto para aqueles em situações de pobreza energética.
- ✓ **Melhorias em hidrelétricas existentes para aumentar a eficiência ao invés de construir novas barragens.** Isso pode incluir modernização (retrofitting) de turbinas, sistemas melhorados de armazenamento bombeado (pumped storage) e integração com a rede de geração eólica, solar e de outras inovações de energia. As melhorias na eficiência de hidrelétricas existentes devem ser acompanhadas por medidas concretas para reduzir os danos aos ecossistemas de água doce e aos meios de vida de populações locais, envolvendo a devida mitigação, compensação e reparação de danos. **A remoção de barragens** acompanhada por medidas de restauração da vida aquática deve ser realizada sempre que impactos sociais e ambientais adversos não puderem ser mitigados de forma eficaz.
- ✓ **Investimento em infraestrutura verde que proteja e restaure os ecossistemas de água doce e a biodiversidade, em conjunto com normas legais voltadas para a proteção da água doce.** É preciso garantir a prioridade dos serviços ecossistêmicos e oportunidades de trabalho para as comunidades locais, facilitando o diálogo entre o governo, o setor privado e usuários comunitários da água, inclusive os povos indígenas. **Investimentos em energia e infraestrutura devem estar em conformidade com as normas internacionais sobre direitos humanos e salvaguardas sociais e ambientais**, incluindo o direito a consulta e consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais.
- ✓ **Novos planos de desenvolvimento de energia** que enfatizam o investimento em conservação e eficiência energética, modelagem participativa do lado da demanda e ampliação de opções para energia distribuída e inteligente e minirredes localizadas perto de fontes de energia e usuários finais, com foco em redes comunitárias e acesso expandido à energia. Os governos devem suspender investimentos hidrelétricos de longo prazo, caros e arriscados, para atualizar suas matrizes energéticas e modernizar e

democratizar suas opções de geração e eletrificação, **com transparência e participação cidadã em todas as fases de planejamento e implementação.**

- ✓ **Salvaguardas para áreas protegidas em planos de estímulo e recuperação.** Isso inclui a adoção de políticas de apoio a medidas de proteção permanente que proíba investimentos ambientalmente destrutivos, que afetem direta ou indiretamente de forma negativa áreas protegidas, habitats de espécies ameaçadas e vulneráveis, rios de fluxo livre e de alta importância ecológica, social e/ou cultural, inclusive os territórios de povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Ao invés de retroceder na legislação e nas políticas existentes, os governos devem fortalecer as políticas de proteção de rios, flora e fauna, e dos direitos de comunidades e outras populações.

Em contraste, argumentamos que um **caminho falso para a recuperação econômica** inclui:

- ✗ **Expansão da dívida paralisante** para países que já enfrentam crises econômicas devido ao COVID-19 e pesados encargos da dívida resultantes de decisões míopes, como investir em grandes projetos hidrelétricos caros e não lucrativos, em vez de explorar caminhos econômicos, sustentáveis e socialmente justos para fins econômicos recuperação.
- ✗ **Financiamento que prioriza “soluções” de “maquiagem verde”,** incluindo projetos hidrelétricos ambientalmente destrutivos que desviam fundos escassos de soluções mais sustentáveis, como projetos de energia comunitária descentralizados e energia solar em telhados domésticos.
- ✗ **Grandes redes centralizadas projetadas em torno de projetos destrutivos,** como megadams e combustíveis fósseis. Isso bloquearia a capacidade transformadora e as oportunidades de emprego para sistemas de energia mais ágeis e distribuídos, contrariando a Meta de Desenvolvimento Sustentável de acesso à energia sustentável para todos (ODS 7).
- ✗ **Abuso contínuo de nossos recursos de água doce** por meio de políticas e práticas que tratam os ecossistemas de água doce como recursos inesgotáveis a serem explorados para o crescimento econômico de curto prazo e repositórios para padrões de produção e consumo desperdiçadores.
- ✗ **Enfraquecimento de salvaguardas e regulamentações ambientais e sociais** para permitir a implementação acelerada de infraestrutura na ausência de revisão abrangente e sem respeitar os direitos dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais com relação a seus territórios, autodeterminação, e consentimento livre, prévio e informado (CLPI).

*Isso exclui projetos de mini (normalmente menos de 500 Kv) e micro-hidro (menos de 100 Kv) apoiados por comunidades locais, equipamentos em canais existentes, reservatórios e barragens com geradores e hidroelétricas de circuito fechado (closed-loop pumped hydro) que não utilizem corpos d'água naturais como reservatórios.